



CONTRATO Nº 003/2019

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA MINERAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE PERNAMBUCO, CRO-PE E A EMPRESA LENEY PEDROSA DE BRITO.

Por este instrumento particular de contrato, de um lado, o **CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE PERNAMBUCO, CRO-PE**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 11.735.263.0001/65, com sede em Recife-PE, no endereço infra-impresso, representado neste ato por seu presidente, **ALFREDO DE AQUINO GASPAS JÚNIOR**, brasileiro, casado, Cirurgião-Dentista, portador do CPF nº xxxxxxxxxxxx, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado de simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado, a Empresa **LENEY PEDROSA DE BRITO**, com sede na Rua Quarenta e quatro, nº 73, bairro Jardim Paulista, Paulista-PE, inscrita no CNPJ nº 10.671.299/0001-60, neste ato representado pelo Srº **LENEY PEDROSA DE BRITO**, casado, brasileiro, RG de nº xxxxxxxx, CPF de nº xxxxxxxxxxxxxx, doravante denominado **CONTRATADA**, tem entre si justo e acordados o presente contrato de **FORNECIMENTO DE ÁGUA MINERAL**, condicionando as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA 1ª – DO OBJETO DO CONTRATO

Constitui objeto deste instrumento o fornecimento de água mineral para a Sede do Conselho Regional de Odontologia de Pernambuco, CRO-PE.

CLÁUSULA 2ª – DAS DEFINIÇÕES

O presente contrato para o fornecimento de água mineral, nas seguintes especificações:
- Água mineral, Potável e não gasosa, acondicionadas em garrações de policarbonato com capacidade de 20 (vinte) litros, dentro dos padrões estabelecidos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM e Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, com marca, procedência e validade impressas no rótulo do produto.

CLÁUSULA 3ª – PRAZO, CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA

- 3.1** O fornecimento deverá ser realizado de forma parcelada durante o período de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura do contrato;
3.2 As entregas deverão ser realizadas semanalmente, de segunda a sexta-feira, e horário das 8h às 16h, conforme a necessidade e sempre que for solicitado pela Administração do CRO-PE;
3.3 Os garrações deverão ser entregues na Av. Norte Miguel Arraes de Alencar, nº 2930, bairro do Rosarinho - Recife/PE, CEP: 52041-080.

CLÁUSULA 4ª – DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de sua assinatura;



4.2. O contrato poderá, no entanto, ser prorrogado através de Termo Aditivo, nos termos do artigo 57 da Lei 8.666/93, se houver interesse de ambas as partes, assim como, ser rescindido a qualquer tempo, desde que a parte interessada informe à outra da sua decisão, com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

§ 1º. Em caso de rescisão a CONTRATADA atenderá as solicitações do CRO/PE que venham a ocorrer no período do aviso, respondendo por todos os danos causados ao Conselho, que sejam decorrentes da rescisão.

4.3. A inexecução total ou parcial deste contrato poderá ensejar a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93;

4.4. No interesse do CRO/PE, o valor inicial atualizado do contrato poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme disposto no Artigo 65, parágrafos 1º e 2º, da Lei n.º 8.666/93. Facultada a supressão e acréscimo além deste percentual, mediante acordo entre as partes contratantes. Caso haja reajuste no presente contrato, o mesmo será reajustado conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

CLÁUSULA 5ª – DO PREÇO DOS SERVIÇOS

5.1. O valor estimado total anual do presente contrato é de R\$ 2.625,00 (dois mil seiscentos e vinte e cinco reais), que o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA**;

5.2. Pelo fornecimento do objeto do presente contrato, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** por garrafão de 20 litros, o **preço unitário de R\$ 6,25 (seis reais e vinte e cinco centavos)**, tudo conforme a proposta da empresa contratada. O CRO-PE realizará o pagamento apenas dos garrafões que foram solicitados, entregues e atestados por funcionário devidamente autorizado pela Administração do CRO-PE;

5.3. Os preços são irrevogáveis;

5.4. O faturamento será mensal, devendo ser fechado após a última entrega relativa ao mês vencido.

CLÁUSULA 6ª – DO PAGAMENTO

6.1. O CRO/PE efetuará o pagamento das faturas referente ao respectivo fornecimento do objeto, ou seja, realizará o pagamento referente à entrega dos garrafões de água mineral de 20 litros no período que fora realizado o fornecimento, no prazo de até 15 (quinze) dias consecutivos, a contar da data de entrada das Notas Fiscais no protocolo da Sede deste Conselho, depois de confirmada a perfeita execução do objeto contratado, por meio do atesto da Nota Fiscal/Fatura pelo fiscal do contrato, da seguinte forma:

a) As notas fiscais atestadas serão pagas até 15 (quinze) dias consecutivos, a contar da data de entrada das mesmas no protocolo da Sede deste Conselho. Salvo quando a data do pagamento cair em sábados, domingos ou feriados, o compromisso fica automaticamente para o primeiro dia útil posterior à data fixada;

b) Devem ser observados todos os impostos necessários para realizar os devidos recolhimentos, bem como o Art. 195 da Constituição Federal, parágrafo 3º, apresentando, juntamente com a Nota Fiscal, a Certidão Negativa de Débitos.

6.2. Preenchimento das Notas Fiscais em conformidade com a legislação vigente, observando as retenções fiscais obrigatórias para órgãos da administração pública;



- 6.3. Para a empresa receber o valor referente aos serviços prestados deverá estar regular com a união, o estado e o município, fato comprovado mediante apresentação das certidões de regularidades fiscais e trabalhistas perante a união, o estado e o município;
- 6.4. Caso o objeto do presente Contrato não seja cumprido fielmente e/ou o documento fiscal apresente alguma incorreção, será considerado como não aceito e o prazo de pagamento será contado a partir da data de regularização;
- 6.5. O CRO-PE efetuará as retenções dos tributos incidentes no faturamento, de acordo com a legislação vigente;
- 6.6. O CRO-PE pode deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste contrato.

CLÁUSULA 7ª – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 7.1 O fornecimento deverá ser realizado de forma parcelada durante o período de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura do contrato;
- 7.2 As entregas deverão ser realizadas semanalmente, de segunda a sexta-feira, e horário das 8h às 16h, conforme a necessidade e sempre que for solicitado pela Administração do CRO-PE;
- 7.3 Os garrafões deverão ser entregues na Av. Norte Miguel Arraes de Alencar, nº 2930, bairro do Rosarinho - Recife/PE, CEP: 52041-080.
- 7.4 Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus ao CRO-PE;
- 7.5 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a execução da prestação de serviços objeto deste Projeto Básico;
- 7.6 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CRO-PE;
- 7.7 As penalidades pelo descumprimento total ou parcial do objeto estipulado, acarretam penalidades nos termos da Lei nº 8.666/93, especialmente no tocante ao artigo 86, 87 e 88.

CLÁUSULA 8ª – RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

- 8.1 Permitir o acesso de funcionário da Contratada para recolhimento dos garrafões vazios e entrega do que for solicitado;
- 8.2 Efetuar o pagamento nas condições pactuadas;
- 8.4 Designar servidor para acompanhar e fiscalizar a entrega do material objeto deste instrumento.

CLÁUSULA 9ª – DA RESCISÃO

São motivos para rescisão do presente contrato:

- I – O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- II – O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- III – A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;
- IV – O atraso injustificado no início o do serviço ou do fornecimento;
- V – A paralisação do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e previa comunicação a Administração;
- VI – A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a sessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no contrato;



VII – O desatendimento as determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como, as de seus superiores;

VIII – O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do Parágrafo Primeiro do Art. 67, da lei nº 8666/93.

IX – A decretação de falência, ou a instauração de insolvência civil;

X – A dissolução da sociedade, ou falecimento do **CONTRATADO**;

XI – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

XII – Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera Administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativos a que se refere o contrato;

XIII – A supressão, por parte da Administração, de serviços acarretando modificação do valor inicial do contrato;

XIV – A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração por prazo superior a 120(cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna, guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações, mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;

XV – O atraso superior a 90(noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes de serviços, fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão de cumprimento de suas obrigações, até que seja normalizada a situação.

XVI – A não liberação, por parte da Administração, do objeto para execução do serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais;

XVII – A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

XVIII – Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração;

XIX – Judicial nos termos da legislação.

§1º - A rescisão Administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

§2º - Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII desta cláusula, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a pagamento devidos pela execução do contrato até a data da rescisão.

§3º - A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados ao **CONTRATANTE**, além das sanções previstas neste instrumento.

CLÁUSULA 10ª – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pela inexecução total ou parcial do contrato, fica a **CONTRATADA** sujeita as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa de 0,5% (cinco por cento) sobre o valor total estimado do contrato, por dia de atraso, até o 20º (vigésimo) dia;



- c) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato (valor correspondente a 12 meses de execução contratual), a partir do 21º (vigésimo primeiro) dia de atraso, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;
- d) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o CRO-PE por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- e) A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada dos pagamentos devidos ao contratado, e, quando o valor for insuficiente, a diferença será cobrada judicialmente;
- f) As sanções previstas poderão ser aplicadas concomitantemente, facultada a defesa previa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5(cinco) dias uteis;
- g) A critério da Administração, poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso for devidamente justificado pelo **CONTRATADO** e aceito pela Administração do CRO-PE que fixará novo prazo, este improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.

CLAUSULA 11ª – DO FORO

As partes, de comum acordo, elegem a Seção Judiciária do Estado de Pernambuco (Justiça Federal), com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas e questões decorrentes da execução deste Instrumento.

E por estarem certas e contratadas, assinam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas.

Recife/PE, 07 de março de 2019.

PELO CONTRATANTE:

DR. ALFREDO DE AQUINO GASPAR JÚNIOR
Presidente do CRO/PE

PELA CONTRATADA:

Sr.º. LENEY PEDROSA DE BRITO
Representante legal da Empresa

Testemunhas:

Nome: _____

Nome: _____

CPF N.º: _____

CPF N.º: _____